

CONCORRÊNCIA Nº 00002-26 - CC - TIPO MENOR PREÇO  
ANEXO XII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
FRETAMENTO AÉREO (JATO EXECUTIVO)  
CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL DO  
COMÉRCIO – SESC, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL  
NO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA  
.....

CONTRATANTE:

Serviço Social do Comércio – SESC, Administração Regional no Estado do Tocantins, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, regido pela resolução Sesc n.º 1.593/2024, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.779.012/0001-54, situado na Quadra 301 Norte, Avenida Teotônio Segurado, Conjunto 01, Lote 19, CEP-77.001-226, Plano Diretor Norte, Palmas – TO, neste ato representado pelo **Presidente** ....., ....., ....., Cédula de Identidade RG n.º .. devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º .., residente e domiciliado ....., CEP-....., Cidade....., conjuntamente com a **Diretora Regional** ....., ....., ....., Cédula de Identidade RG n.º .. devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º .., residente e domiciliado nesta Capital, e do outro lado a,

CONTRATADA:

....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº .., situado....., Cidade .....– UF...., neste ato representada por ....., ....., ....., empresário, inscrito no CPF nº....., residente e domiciliado .....

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

**1.1** - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de fretamento aéreo não regular de passageiros, com disponibilização de aeronave tipo jato executivo de porte médio, com capacidade mínima para **7 (sete) passageiros**, em configuração executiva, equivalente ao modelo **Cessna Citation Excel ou similar**, incluindo tripulação devidamente habilitada e certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, bem como combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguro aeronáutico obrigatório (RETA), taxas aeroportuárias e demais custos operacionais necessários à plena execução do serviço.

**1.2** - A CONTRATADA deverá manter durante a vigência deste Contrato as condições de habilitação apresentadas à Concorrência nº 00002-26-CC, em especial a regularidade fiscal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

2.1 - A empresa contratada deverá garantir a disponibilidade da aeronave durante todo o período necessário à execução dos serviços contratados, nos termos deste Contrato e demais anexos do processo licitatório de n.º 000002-26-CC.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	TRECHO	PERÍODO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Serviço de fretamento aéreo com disponibilização de aeronave a jato executiva de porte médio, com capacidade mínima para 07 (sete) passageiros - modelo Cessna Citation Excel, incluindo 02 (dois) pilotos devidamente habilitados e certificados pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, combustível, manutenção preventiva e corretiva, seguro aeronáutico obrigatório (RETA), taxas aeroportuárias, despesas operacionais, tripulação, encargos trabalhistas, hospedagem, alimentação, deslocamentos e demais custos necessários à perfeita execução dos serviços. Os horários de pouso e decolagem deverão ocorrer conforme programação operacional previamente definida pela contratante e disponibilidade aeroportuária (SLOT), podendo sofrer alterações em razão de condições meteorológicas, operacionais ou determinações das autoridades aeronáuticas. A aeronave disponibilizada deverá possuir autonomia, capacidade de carga e configuração compatíveis com o transporte simultâneo de 07 (sete) passageiros, além de suas respectivas bagagens, observados os limites operacionais e de segurança estabelecidos pela regulamentação aeronáutica vigente.	Santos Dumont Airport / Rio de Janeiro → Palmas (ida), dia 12/09; e Palmas → Santos Dumont Airport / Rio de Janeiro (volta), dia 13/09.	12/09/2026 a 13/09/2026	01 Serviço	R\$
Valor total:					R\$

Esse documento foi assinado por Adílio Rodrigues Ribeiro. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assina.sesco.com.br/validate/GJK45-B6V6T-39EU7-RWVBB>

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total do presente Contrato é de R\$ xx.xxxx,xx (xxxx xxxxx), e corresponde ao preço global proposto pela Contratada na Licitação pública na modalidade de Concorrência sob o nº **00002-26-CC**, para a prestação dos serviços de fretamento aéreo, conforme especificações constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora.

**Parágrafo Único:** O pagamento será efetuado pelo Sesc/TO em moeda corrente nacional, por meio de depósito em conta bancária indicada pela Contratada, em até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação da nota fiscal ou documento fiscal equivalente e do aceite definitivo da prestação dos serviços, que ocorrerá mediante a comprovação da execução dos voos/trechos efetivamente realizados, nos termos deste Contrato e do instrumento convocatório, sendo vedado qualquer tipo de pagamento antecipado.

### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

4.1 Será admitido o reajuste dos preços contratados, a pedido do CONTRATADO, quando a vigência contratual for igual ou superior a 12 (doze) meses, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data de assinatura do contrato ou do último reajuste, aplicando-se como índice de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou outro que venha a substituí-lo.

4.2 O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido durante a vigência contratual, mediante solicitação fundamentada de qualquer das partes, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fato superveniente que altere significativamente os custos da execução contratual, com demonstração do nexo causal e da repercussão econômica.

4.3 Durante a análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATADO obriga-se a manter a execução integral do objeto contratual, inclusive nas condições inicialmente pactuadas, até a decisão final da CONTRATANTE.

4.4 O contrato poderá ser acrescido em até 50% (cinquenta por cento) do seu valor inicial atualizado, mediante justificativa técnica e autorização da autoridade competente, observados os limites previstos na Resolução Sesc nº 1.593/2024.

4.5 O presente contrato poderá sofrer alterações não caracterizadoras de modificação substancial do objeto, as quais poderão ser formalizadas por apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, nas seguintes hipóteses:

- a) reajuste de preços nos termos desta cláusula;
- b) atualizações, compensações ou penalizações financeiras previstas nas condições de pagamento;
- c) alteração da razão social ou denominação do CONTRATADO;
- d) alteração de preposto ou fiscal do contrato;
- e) prorrogação de vigência quando expressamente prevista no instrumento convocatório ou neste contrato;
- f) correção de erro material.

## CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

**5.1** – O prazo de execução do objeto limita-se à prestação do serviço de fretamento aéreo executivo, compreendendo os trechos de ida e retorno vinculados ao evento da CONTRATANTE, previstos para os dias 12/09 (ida) e 13/09 (retorno).

**5.2** - O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da última assinatura, permanecendo vigente até a execução integral do objeto, o recebimento definitivo e o cumprimento de todas as obrigações contratuais.

## CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**6.1** O CONTRATANTE obriga-se a proporcionar todas as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa desempenhar os compromissos assumidos neste Contrato, bem como:

- a) Atender prontamente às solicitações de informações formuladas pela CONTRATADA, desde que pertinentes à execução do objeto contratual;
- b) Observar e cumprir as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc (Resolução Sesc nº 1.593/2024) e as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis ao objeto;
- c) Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à adequada execução do objeto deste contrato;
- d) Exercer a fiscalização da execução contratual por meio de empregados formalmente designados, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc;
- e) Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade ou desconformidade verificada na execução do objeto;
- f) Exigir da CONTRATADA a correção imediata de serviços executados em desacordo com as especificações contratuais; edital e seus anexos;
- g) Prestar esclarecimentos e orientações que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinentes ao objeto contratual;
- h) Interromper, quando necessário, a execução dos serviços que apresentem irregularidades, comunicando formalmente a CONTRATADA sobre o fato e suas razões;
- i) Determinar o afastamento de qualquer empregado da CONTRATADA que, comprovadamente, prejudique a execução dos serviços ou atue em desconformidade com as normas contratuais, após registro formal de ocorrência;
- k) Zelar pelo bom andamento da execução contratual, dirimindo dúvidas e promovendo as providências necessárias à fiel execução do ajuste.

## CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**7.1** - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços objeto deste Contrato em conformidade com as especificações estabelecidas no Edital, Termo de Referência, proposta comercial e legislação aeronáutica aplicável.
- b) Disponibilizar aeronave em perfeitas condições de aeronavegabilidade, operação, manutenção e segurança, devidamente certificada pelos órgãos competentes.
- c) Manter válidas, durante toda a execução contratual, as licenças, autorizações, certificados, seguros e demais documentos exigidos para a prestação dos serviços.
- d) Disponibilizar tripulação devidamente habilitada e qualificada para operação da aeronave empregada na execução do objeto.

- e) Arcar com todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo combustíveis, taxas aeroportuárias, tarifas aeronáuticas, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas correlatas.
- f) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do voo contratado, indicando as providências adotadas para sua regularização.
- g) Substituir, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, a aeronave inicialmente disponibilizada por outra de características equivalentes ou superiores, quando ocorrer indisponibilidade técnica ou operacional que impeça a execução do serviço.
- h) Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão na execução dos serviços, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas em lei.
- i) Responsabilizar-se integralmente pelos passageiros transportados e manter cobertura securitária compatível com a operação realizada, observadas as exigências da legislação aeronáutica vigente.
- j) Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- k) Permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual pela CONTRATANTE, prestando os esclarecimentos e fornecendo os documentos que forem solicitados.
- l) Confirmar à CONTRATANTE, previamente à realização do voo, os dados operacionais da aeronave, incluindo prefixo, horários programados e locais de embarque e desembarque.
- n) **Garante que assegurará a chegada dos passageiros em Palmas/TO no dia 12 de setembro de 2026, em horário compreendido entre 10h e 13h, de modo a viabilizar o pleno atendimento da programação institucional do evento “Celebra 80 Anos”. Para o retorno, deverá disponibilizar a aeronave para embarque em horário compreendido entre 9h e 12h, conforme cronograma previamente definido pelo CONTRATANTE; e**
- m) Cumprir integralmente as normas expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e demais órgãos competentes aplicáveis à execução do objeto

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O descumprimento da obrigação prevista no item 7.1, alínea “n”, quando decorrente de falha operacional, administrativa ou logística imputável à CONTRATADA, caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando-a às penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo da obrigação de ressarcir os prejuízos comprovadamente suportados pela CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Não serão imputáveis à CONTRATADA os atrasos ou impedimentos decorrentes de condições meteorológicas adversas, restrições de tráfego aéreo, fechamento de aeroportos, determinações da ANAC, do DECEA ou de outras autoridades competentes, bem como demais hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

**8.1 -** O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA sujeitará a aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

**8.2 -** Constituem, dentre outras, hipóteses de inadimplemento contratual:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória;

- c) multa compensatória de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato;
- d) suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com o Sesc, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- e) impedimento de licitar com o Sesc, em âmbito nacional, pelo prazo de 4 (quatro) a 6 (seis) anos;
- f) rescisão contratual por inadimplemento da CONTRATADA.

**8.5** A aplicação de penalidade mais grave independe da aplicação prévia de penalidade menos gravosa.

**8.6** O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do serviço afetado pelo atraso.

**8.7** O descumprimento da obrigação prevista na alínea “g” do item 8.2 poderá ensejar a aplicação de multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**8.8** As multas poderão ser descontadas dos valores eventualmente devidos à CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente.

**8.9** A aplicação das multas não impede a exigência de indenização suplementar pelos prejuízos efetivamente suportados pela CONTRATANTE, nos termos do artigo 389 do Código Civil.

**8.10** Não serão aplicadas penalidades quando o inadimplemento decorrer exclusivamente de caso fortuito, força maior, condições meteorológicas adversas, restrições operacionais impostas pelos órgãos de controle do espaço aéreo, fechamento de aeroportos ou determinações das autoridades aeronáuticas competentes, desde que devidamente comprovados pela CONTRATADA.

**8.11** A apuração de eventual infração contratual será instaurada mediante notificação da CONTRATADA, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc.

**8.12** A penalidade de impedimento de licitar poderá ser aplicada quando a CONTRATADA:

- a) apresentar documento falso ou declaração falsa;
- b) fraudar a licitação ou a execução contratual;
- c) comportar-se de modo inidôneo; e
- d) praticar atos ilícitos com o objetivo de frustrar os objetivos da contratação.

**8.13** As penalidades previstas nesta Cláusula são independentes entre si e poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das demais medidas administrativas, contratuais ou judiciais cabíveis.

## CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

**9.1** - O não cumprimento de quaisquer cláusulas ou condições deste Contrato, devidamente comprovado, importará na sua rescisão, a critério da parte não inadimplente. Fica, porém, estabelecido que a rescisão dar-se-á imediatamente e sem qualquer aviso extrajudicial ou judicial, nos seguintes casos:

- a) Falência ou dissolução da firma CONTRATADA;



- b) Interrupção dos trabalhos, pela CONTRATADA, por mais de 10 (dez) dias consecutivos, sem motivo justificado, ou o não início da obra no prazo estipulado pela Cláusula Quinta;
- c) Superveniente incapacidade técnica da CONTRATADA, devidamente comprovada;
- d) Não recolhimento pela CONTRATADA, dentro do prazo determinado, das multas que lhe forem impostas por Órgãos Oficiais;
- e) Valor das multas aplicadas superior ao valor das importâncias retidas em garantia deste Contrato, referidas na Cláusula Sétima;
- f) Transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- g) Negar-se a refazer qualquer trabalho realizado em desacordo com as especificações técnicas, e/ou com a técnica da boa construção e as especificações gerais e particulares de natureza contratual, no prazo que determinar a Fiscalização da CONTRATANTE;
- h) atraso injustificado da conclusão das obras por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

**9.2** - Rescindido o Contrato, independentemente de aviso a CONTRATADA o CONTRATANTE entrará na posse imediata de todos os serviços executados, bem como de todo o material e equipamentos existentes no local da obra, renunciando a CONTRATADA ao exercício do direito de retenção sobre eles.

**9.3** - Na hipótese prevista na cláusula anterior, uma vez na posse de serviços e materiais, o CONTRATANTE procederá a uma vistoria e arrolamento, na presença de 2 (duas) testemunhas, a qual servirá de base para acerto final de contas.

**9.4** - Os equipamentos somente serão devolvidos à CONTRATADA quando, a critério do CONTRATANTE, sua retenção não for necessária para garantia de obrigações da CONTRATADA.

**9.5** - A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão, por sua culpa, acarretar ao CONTRATANTE.

**9.6** - Havendo litígio judicial, a fim de que os serviços não sejam paralisados, a CONTRATADA, desde já, autoriza o CONTRATANTE a prosseguir os serviços, quer seja por conta própria, quer por intermédio de terceiros, não cabendo, neste caso, qualquer indenização à CONTRATADA.

**9.9** - O presente Contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso, atendida a conveniência da obra, sem ônus para ambas as partes, mediante termo próprio de medição rescisória, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços já executados e dos materiais postos na obra.

**9.10** - A rescisão contratual prevista nesta Cláusula submete a CONTRATADA à suspensão de participar de licitações e firmar novos contratos com o CONTRATANTE por até três anos, exceto nas condições previstas no subitem 8.9.

**9.11** - É facultado ao CONTRATANTE exigir, ainda, da CONTRATADA, se não cumprir as obrigações assumidas, perdas e danos, nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei, especialmente as da Lei n.º 8.078, de 11.09.90.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES

**10.1.** O CONTRATANTE designará, por ato próprio, empregado(s) para exercer a função de Fiscal E Suplente do contrato, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, nos termos deste instrumento.

**10.2.** O(s) Fiscal(is) do Contrato poderá(ão) atuar diretamente ou por intermédio de auxiliares formalmente designados, cabendo-lhes:

- I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Contrato;
- II – Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações contratuais e das normas aplicáveis ao objeto;
- III – recusar, no todo ou em parte, a execução de serviços em desacordo com as especificações contratuais ou normas técnicas aplicáveis;
- IV – Registrar e comunicar à CONTRATADAS eventuais irregularidades verificadas, determinando as providências necessárias à sua regularização;
- V – Atestar a execução dos serviços para fins de pagamento, quando regularmente cumpridas as obrigações contratuais; e
- VI – Solicitar esclarecimentos e informações necessárias ao acompanhamento da execução contratual.

**10.3.** A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

**11.1.** Para fins de comunicação no âmbito deste Contrato, todas as notificações, avisos, solicitações ou comunicações entre as partes serão realizadas por escrito, por meio físico ou eletrônico, podendo ser encaminhadas por correio postal, carta registrada, courier, e-mail institucional com confirmação de envio e/ou leitura, ou outro meio idôneo que permita a comprovação do recebimento.

**11.2.** As comunicações realizadas na forma desta Cláusula serão consideradas devidamente entregues:

- I – Na data do protocolo de recebimento, quando entregues pessoalmente;
- II – Na data do comprovante de entrega, quando enviadas por correio ou courier; e
- III – na data de envio registrada no sistema eletrônico, quando realizadas por correio eletrônico.

**11.3.** As partes deverão manter atualizados seus dados de contato, incluindo endereço, telefone e e-mail, obrigando-se a comunicar formalmente qualquer alteração no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de serem consideradas válidas as comunicações enviadas aos contatos anteriormente informados.

**11.4.** O CONTRATANTE e a CONTRATADA comprometem-se a manter comunicação recíproca quanto às informações necessárias à execução contratual, especialmente por intermédio dos representantes formalmente designados para gestão e fiscalização do Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RENÚNCIA DE DISPOSITIVOS CONTRATUAL

**12.1** - Nenhuma das disposições deste Contrato poderá ser considerada renunciada ou alterada, salvo se for especificamente formalizada através de Instrumento Aditivo. O fato de uma das partes tolerar qualquer falta ou descumprimento de obrigações da outra, não importa em alteração do Contrato e nem induz a novação, ficando mantido o direito de se exigir da parte



faltosa ou inadimplente, a qualquer tempo, a suspensão da falta ou o cumprimento integral de tal obrigação.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

**13.1-** As Partes obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).

**13.2** - O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) (“LGPD”), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular dos dados pessoais, bem assim que o tratamento será limitado ao atingimento das finalidades de execução do presente instrumento.

**13.3** - Fica estipulado que as Partes deverão se adequar em caso de modificação dos textos legais indicados na Subcláusula acima ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura do escopo deste Contrato ou na execução das atividades ligadas a este Contrato.

**13.4** - Se houver alguma disposição que impeça a continuidade do Contrato conforme as disposições acordadas, o **CONTRATANTE** poderá resolvê-lo sem qualquer multa, penalidade, ou indenização, apurando-se os serviços prestados e/ou produtos fornecidos até a data da rescisão e consequentemente valores devidos correspondentes.

**13.5** - A **CONTRATADA** declara-se ciente dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis, constantes da LGPD, e obriga-se a adotar todas as medidas de segurança, técnicas e administrativas adequadas para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que irão realizar operações de tratamento com os dados pessoais, na extensão autorizada na referida lei e nos limites do que for estritamente necessário à finalidade deste instrumento.

**13.6** - A **CONTRATADA** deve dar ciência aos seus empregados, diretores, prepostos, clientes, fornecedores e parceiros sobre as legislações vigentes sobre Proteção de Dados Pessoais e garantir que possui todos os consentimentos e avisos necessários para permitir o tratamento de dados pessoais dos respectivos titulares a serem necessários para a execução do serviço.

**13.7** - A **CONTRATADA** se obriga a obter todos os consentimentos e avisos necessários para permitir a transferência legal de dados pessoais de todos os membros da sua equipe técnica, pessoal de apoio, prepostos, colaboradores, parceiros e demais empregados, para que o **CONTRATANTE** possa realizar operações de tratamento desses dados, em cumprimento à finalidade deste instrumento, em conformidade com a LGPD.

**13.8** - Ao **CONTRATANTE** é permitido manter e utilizar os dados pessoais da **CONTRATADA** durante todo o período contratualmente firmado para as finalidades relacionadas nesse instrumento e ainda após o término de vigência para cumprimento de obrigação legal ou por obrigações impostas por órgãos de fiscalização, nos termos do art. 16 da Lei nº 13.709/2018.

**13.9** - A **CONTRATADA**, neste ato, garante ao **CONTRATANTE** que todos os dados pessoais coletados, produzidos, receptados, classificados, utilizados, acessados, reproduzidos, transmitidos, distribuídos, processados, arquivados, armazenados, eliminados, avaliados ou controlados pela informação, modificados, comunicados, transferidos, difundidos ou extraídos em razão do presente Contrato, serão tratados em conformidade com as legislações vigentes aplicáveis, sob pena de indenizar o **CONTRATANTE** pelos prejuízos que este venha a incorrer em razão de eventuais demandas judiciais ou administrativas, que sejam prejuízos, moral, material

ou perdas e danos ocasionados ao **CONTRATANTE**, seus empregados, clientes ou fornecedores e parceiros, tais como, mas não se limitando a, despesas como honorários advocatícios, custas judiciais e taxas administrativas.

**13.10** - A **CONTRATADA** se obriga a realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados, quando notificada pelo **CONTRATANTE**, nos casos de requisição do titular de dados pessoais ao **CONTRATANTE**.

**13.11** - A **CONTRATADA** deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, bem como deverá adotar as melhores práticas e implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra situações, acidentais ou ilícitas, de destruição, perda, alteração, comunicação, difusão, acesso não autorizado, ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito, além de garantir a segurança no âmbito do tratamento de dados pessoais.

**13.12** - A **CONTRATADA** deverá notificar o **CONTRATANTE**, imediatamente, por e-mail aos Fiscais do Contrato indicados neste Contrato, em caso de reclamações e solicitações que venha a receber do titular de dados pessoais, bem como notificações, citações ou intimações judiciais ou administrativas em relação à conformidade com a proteção de dados identificadas em razão do presente Contrato.

**13.14** - A **CONTRATADA** deverá notificar o **CONTRATANTE**, por e-mail aos Fiscais do Contrato indicados neste Contrato, em 24 (vinte e quatro) horas, em virtude de:

- a. qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais;
- b. qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao processamento e tratamento dos dados pessoais; e
- c. qualquer violação de segurança no âmbito das atividades da **CONTRATADA**.

**13.13** - As Partes comprometem-se a cooperar entre si, auxiliando, na medida do razoável, no cumprimento de obrigações judiciais ou administrativas, de acordo com a Lei de Proteção de Dados Pessoais aplicável, fornecendo as informações disponíveis e ações necessárias para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança, com relação aos dados pessoais utilizados na execução do objeto do presente Contrato.

**13.14** - O descumprimento do item acima, ou eventual descumprimento de quaisquer deveres ou obrigações legais, contratuais, judiciais ou administrativos, por uma das Partes contratantes, somente gerará responsabilidade solidária nos termos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Nos demais casos, apenas a Parte responsável estará sujeita às sanções legais e contratuais cabíveis.

**13.15** - O **CONTRATANTE** terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da Contratada com a Proteção de Dados Pessoais, sem que implique em qualquer diminuição da responsabilidade da **CONTRATADA**.

**13.16** - O presente Contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados do **CONTRATANTE** ou dos seus empregados, clientes, fornecedores e parceiros para a **CONTRATADA**.

**13.17** - A **CONTRATADA** se obriga a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer dados pessoais, que se originem e sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais, que tenha acesso em razão do presente Contrato.

**13.18** - A **CONTRATADA** manifesta seu consentimento para autorizar o **CONTRATANTE** a compartilhar seus dados pessoais com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, e desde que respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

**13.19** - Cada parte obriga-se a manter o mais absoluto dever de sigilo e confidencialidade relativamente a toda e quaisquer informações e dados pessoais tratados a que ela ou quaisquer de seus diretores, empregados e/ou prepostos venham a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiado em razão da celebração e execução deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

**14.1** - Quaisquer alterações que venham a ocorrer nos termos e condições deste Contrato, só terão validade se forem efetuadas através de aditamentos contratuais assinados pelos representantes das partes.

**14.2** - A prestação dos serviços contratados não constituirá relação de emprego entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, seus funcionários ou terceiros que venham ser utilizados para a execução dos serviços, respondendo, exclusivamente, esta última por toda e qualquer responsabilidade civil, criminal, trabalhista, tributária, ou outra qualquer, decorrente da execução dos serviços contratados.

**14.3** - No ato da execução do(s) serviço(s), serão de exclusiva e integral responsabilidade da **CONTRATADA**, os danos e os prejuízos decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência de seus representantes, prepostos e/ou sócios, bem como dos atos dolosos deles.

**14.4** - A **CONTRATADA** compromete-se a prestar os serviços previstos neste Contrato, observando os padrões de qualidade e técnicas para serviços desta natureza, responsabilizando-se pela correção, sem ônus para o **CONTRATANTE**, de todos os erros, enganos ou omissões, cometidos pela **CONTRATADA**, que forem constatados nos serviços executados.

**14.5** - A critério da fiscalização e antes da aquisição dos materiais e equipamentos para execução de qualquer serviço, a **CONTRATADA** deverá fornecer amostra para exame de aprovação, conforme o tipo de material ou serviço, nos termos constantes no Termo de Referência do Edital de Concorrência nº 00001 - 26 - CC.

**14.6** - Em caso de qualquer extravio, perda, roubo ou furto de materiais e equipamentos, quer seja da **CONTRATADA**, da(s) **SUBCONTRATADA(S)** ou do próprio **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá ser providenciada a sua imediata reposição.

**14.8** - A **CONTRATADA** assume exclusivamente a responsabilidade por danos que seus empregados, prestadores de serviço e autônomos por si contratados, venham a causar ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, no exercício do objeto e cumprimento de obrigações contratuais.

**14.9** - O **CONTRATANTE** paralisará, embargará ou interditará, total ou parcialmente, o canteiro de obras e/ou a frente de serviço, sempre que ficar caracterizada situação de risco grave e iminente à saúde e/ou integridade física ou condição que coloque em perigo a vida, sendo que os custos adicionais resultantes da imposição de tais paralisações, e das retenções eventualmente aplicáveis, são de inteira responsabilidade e ônus da **CONTRATADA** e não a exime das obrigações e penalidades contratuais referentes a prazos e multas.

14.10 - Toda e qualquer tolerância quanto a eventual descumprimento ou cumprimento irregular de obrigação contratual por qualquer das partes não implicará em novação ou alteração das disposições ora pactuadas, mas tão somente mera liberalidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 - As PARTES e as testemunhas declaram e concordam que o presente instrumento, incluindo todas as páginas de assinatura e eventuais anexos, todas formadas por meio digital (documento nato-digital), representam a integralidade dos termos entre elas acordados, substituindo quaisquer outros acordos anteriores formalizados por qualquer outro meio, verbal ou escrito, físico ou digital, nos termos dos art. 107, 219 e 220 do Código Civil.

15.2 - As PARTES renunciam à possibilidade de exigir a Sesc Serviço Social do Comércio | Departamento Regional Tocantins | [www.sescto.com.br](http://www.sescto.com.br), envio ou entrega das vias originais (não-eletrônicas) assinadas do instrumento, bem como renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável. Adicionalmente, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, as PARTES expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil, incluindo assinaturas eletrônicas na plataforma Adobe Sign (<https://www.adobe.com/br/sign.html>).

15.3 - A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das partes ao presente Termo.

15.4 - Para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento não resolvidas pelos partícipes, fica eleito o foro da Comarca de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiada que seja ou venha ser.

15.5 - E, por estarem assim justos e contratados, na presença das testemunhas abaixo assinadas e para um só efeito legal, firmam, por si e seus sucessores, o presente instrumento, cientes de que ao CONTRATANTE é aplicável o disposto no artigo 150, item VI, alínea C, da Constituição Federal, no artigo 5º do Decreto-Lei nº. 9853, de 13 de setembro de 1946 e nos artigos 12 e 13 de Lei nº. 2613, de 23 de setembro de 1955.

Palmas/TO, .....de ..... de 2026

*Assinatura eletrônica*  
Presidente CR/Sesc/TO

*Assinatura eletrônica*  
Diretora Geral do Sesc – TO

*Assinatura eletrônica*  
CONTRATADA

Assinado eletronicamente por:  
Adílio Rodrigues Ribeiro  
CPF: \*\*\*.529.771-\*\*  
Data: 23/06/2026 08:43:17 -03:00





## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: GJK45-B6V6T-39EU7-RWVBB

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Adilio Rodrigues Ribeiro (CPF \*\*\*.529.771-\*\*) em 23/06/2026 08:43 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
45.234.139.18	Não disponível
Autenticação	adilio@sescto.com.br (Verificado)
Login	
VqNbQifkXQk+WII9gkzVH2LS+m6D5DCXTxXt6H6CRso=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assina.sescto.com.br/validate/GJK45-B6V6T-39EU7-RWVBB>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assina.sescto.com.br/validate>